

## LITISCONSÓRCIO NO PROCESSO CAUTELAR (\*)

(COMENTÁRIO DE ACÓRDÃO DO TJSP)

LUIZ EDSON FACHIN

Professor (\*\*)

SUMÁRIO: I — O acórdão em exame; II — O exame do acórdão.

### I — O ACÓRDÃO EM EXAME

#### ACÓRDÃO

Todos aqueles que hajam de figurar, necessariamente, como litisconsortes na ação principal, também necessariamente terão de ser citados para as medidas cautelares que venham a ser pleiteadas antecipadamente.

“Vistos relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n. 240.506, da Comarca de São Paulo, em que é agravante Nacional — Cia. de Seguros, sendo agravada PIRELLI S/A — Cia. Industrial Brasileira: Acórdam, em 4.<sup>a</sup> Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, por votação unânime, dar provimento ao agravo.

Em autos de produção antecipada de prova pericial, a requerida, NACIONAL — Cia. de Seguros, requereu a citação do Instituto de Resseguros do Brasil, como litisconsorte necessário. Inconformada com a decisão que entendeu desnecessária tal citação, interpôs o presente recurso de agravo de instrumento, que se processou regularmente.

O MM. Juiz manteve a decisão agravada (fls.).

É o relatório.

O agravo deve ser provido, pois a citação do Instituto de Resseguros do Brasil, no caso, é indispensável.

De acordo com o artigo 68 do Decreto-lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, o Instituto de Resseguros do Brasil será consi-

(\*) Estudo apresentado no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, disciplina de Direito Processual Civil II, ao Professor Donaldo Armelin.

(\*\*) Professor de Direito Civil da PUC-PR e da Faculdade de Direito de Curitiba; Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP.

derado litisconsorte necessário nas ações de seguro, sempre que tiver responsabilidade no pedido. O parágrafo 6.º do citado artigo estabelece que serão nulas as sentenças proferidas com inobservância do que ali ficou disposto.

Ora, se o Instituto de Resseguros do Brasil é litisconsorte necessário na ação que envolva sua responsabilidade, torna-se também indispensável sua citação para a medida antecipada de prova pericial. Em face da amplitude da regra contida no artigo 802 do CPC, é indispensável a citação às mesmas partes que devem integrar a ação principal, qualquer que seja o procedimento cautelar.

Por tais motivos, o agravo é provido, para que se faça a citação pretendida pela agravante."

São Paulo, 6 de março de 1975.

Barbosa Pereira, Presidente — Macedo Bittencourt, Relator — Participaram do julgamento, com votos vencedores, os Drs. Flávio Torres e Alves Ferreira.

## II — O EXAME DO ACÓRDÃO

### COMENTÁRIO

1. O litisconsórcio tem disciplina legal em nosso Código de Processo Civil, seção I, capítulo V, título II, do Livro I, onde encontram-se previstos: o litisconsórcio facultativo (artigo 46), o litisconsórcio necessário (artigo 47), e em tese não consagrando o litisconsórcio unitário, pois no CPC, segundo Barbosa Moreira, há uma falta de clareza entre o fenômeno da unitariedade e o da obrigatoriedade do litisconsórcio, a qual não tem faltado à doutrina.

Para esclarecer a questão do litisconsórcio e o processo cautelar, bem como conhecer a figura jurídica em tela, é necessário focalizar as características básicas do litisconsórcio, a partir de sua conceituação e tipologia.

O litisconsórcio pode ser inicial ou originário (se constituído na propositura da ação), ou posterior ou superveniente. À indagação "o que é o litisconsórcio?", responde o professor Arruda Alvim afirmando que existirá litisconsórcio quando houver mais de um litigante em um (ou em ambos) os pólos do processo. Para Hélio Tornaghi, é o litisconsórcio uma associação de várias pessoas como autoras ou como réus num só processo. Celso Agrícola Barbi entende o litisconsórcio como pluralidade de partes.

O litisconsórcio pode ser necessário ou facultativo. No litisconsórcio necessário é imprescindível a demanda conjunta de

diversos autores ou diversos réus. No litisconsórcio facultativo, a formação ou não do litisconsórcio não afeta os efeitos da sentença. Assim, indaga-se: dada a sentença no litisconsórcio necessário sem demanda conjunta, quais os efeitos desta sentença? Nenhum efeito ela tem, pois é ineficaz. No litisconsórcio facultativo, a sentença dada gera efeitos para quem foi parte (artigo 472, primeira frase, do CPC). Quem decide a formação ou não do litisconsórcio facultativo é o autor (artigo 46).

O professor Arruda Alvim distingue o litisconsórcio simples do unitário. O que caracteriza o litisconsórcio unitário, é a decisão dada de forma idêntica para os litisconsortes do mesmo pólo.

Ativo é o litisconsórcio que apresenta pluralidade de autores; o litisconsórcio pode ainda ser passivo e misto, este se dá quando observa-se pluralidade de demandantes (na linguagem do professor Arruda Alvim) em ambos os pólos da relação jurídica processual.

O litisconsórcio facultativo pode ser, por decorrência, ativo ou passivo. Somente o autor tem o direito de eleger ou não tal forma de litisconsórcio. Este direito é condicionado às hipóteses legais. Há autores (v.g. Cândido Dinamarco apud Arruda Alvim) que negam a possibilidade de impugnar o litisconsórcio, demonstrando que a hipótese levantada ou apontada litisconsórcio não é.

É facultativo o litisconsórcio nas seguintes hipóteses:

— artigo 46, I: comunhão de direitos (mesmo objeto de direito, diversos titulares) e comunhão de obrigações (mesmo objeto da obrigação, mais de um titular), desde que não se verifiquem as características do artigo 47 do CPC. Celso Agrícola Barbi dá como exemplo, neste caso, o condomínio.

— artigo 46, II: identidade de fundamentos de fato (mesmo fato que afeta a vários indivíduos) e identidade de fundamentos de direito (fatos diversos, porém, pretensão a consequências jurídicas similares, v.g. vários contribuintes contra o Poder Público, pretendendo uma dada isenção, no exemplo do professor Arruda Alvim). Ressalta Celso Agrícola Barbi que tratam-se de coisas originadas do mesmo e não de fatos iguais. O fundamento de direito não significa, por sua vez, a regra legal invocada, mas sim equivale à expressão *título*, ou seja, à fonte de onde deriva o direito ou a obrigação. Fornece como exemplo um caso em que determinado contrato, que dá origem a direitos para várias pessoas e que é, assim, o título, o fundamento jurídico dos direitos de uns e das obrigações de outros. Por conseguinte, os credores podem agir em litisconsórcio ativo para exigir esses direitos, o mesmo valendo em analogia para as ações que poderiam ser propostas separadamente contra os vários devedores e reunidas num só processo, contra todos, em litisconsórcio passivo.

— artigo III: conexão de causas (a propósito propõe o artigo 103: “reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir”), não sendo necessária a identidade de partes, visando economia processual e sentenças não contraditórias entre si. Quando duas ou mais ações se fundem no mesmo fato ou ato jurídico, ou tiverem o mesmo fundamento de direito, a mesma relação jurídica, diz Celso Agrícola Barbi, elas têm a mesma causa de pedir. Aduz que as hipóteses deste item são supérfluas, porque encontram-se abrangidas pelo conceito de conexão do item II retro.

— artigo 46, IV: afinidade de questões (identidade dos fundamentos da ação, isto é, mesmo mérito, mesma lide). Questões, para Celso Agrícola Barbi, são elementos a serem apreciados para a solução da demanda. Questões não são causas. Não se trata de litisconsórcio em que as causas tenham por fundamento o mesmo fato, mas sim fatos iguais, semelhantes. Exemplo de Lopes da Costa: ações de um proprietário rural contra seus vizinhos, que, sem concerto prévio, soltaram animais em sua fazenda. Os fatos são vários, mas iguais, semelhantes. Se tivesse havido concerto prévio, seria um fato somente, de todos, o que configuraria conexão entre causas porque derivadas de um mesmo fato. Não somente a semelhança de fatos autoriza a formação do litisconsórcio, mas também a semelhança de questões de direito. O litisconsórcio fundado nesta hipótese é tipicamente às exigências de economia processual. Neste caso do presente item, só poderá ser formado o litisconsórcio se as ações forem de competência do mesmo juiz, porque não há conexão de causas que permita a reunião de ações para formação do litisconsórcio, mesmo que sejam de competência de outros juízes, em razão do valor e do território.

O litisconsórcio necessário ocorre ou por disposição legal ou pela natureza do processo (artigo 47). O litisconsórcio necessário é indispensável, podendo ser, inclusive, formado *ex officio*. Logo, mesmo não requerido, o litisconsórcio é formado.

Também o litisconsórcio necessário pode ser passivo ou ativo. Há também o necessário unitário. É unitário quando a sentença der sorte igual no plano do direito material aos litisconsortes, na expressão do professor Arruda Alvim, exemplificando com o caso de demolição de um prédio de apartamentos. Por outra parte, é litisconsórcio necessário simples: o do artigo 942, I, do CPC (Ação de Usucapião). “Mais do que em razão de mera oportunidade é conveniência, repousa a instituição do litisconsórcio necessário em motivos de segurança e prestígio da própria atividade jurisdicional”, consoante Arruda Alvim: é de bom alvitre referir que o comparecimento do litisconsorte necessário na fase recursal não convalida a sentença ou mesmo o processo.

A decisão uniforme para todos os litisconsortes caracteriza o litisconsórcio unitário: ou a ação é julgada procedente para todos ou é julgada improcedente para todos. Porém, para Arruda Alvim, o litisconsórcio unitário é figura autônoma, daí não há que se falar em litisconsórcio unitário é figura embora raramente poderemos encontrar o litisconsórcio facultativo unitário, v.g. quando diversos acionistas de uma sociedade demandam a anulação de ato assemblear. O litisconsórcio pode ser formado por alguns acionistas, e não obrigatoriamente por todos, mas a sentença há de ser uniforme para todos: ou o ato sobrevive para todos ou o ato não sobrevive para todos.

Há, por outro lado, a hipótese do litisconsórcio necessário e unitário. É o caso da anulação de casamento contraído perante autoridade incompetente, promovida pelo Ministério Público (artigo 208, II, do Código Civil). É necessário, pois, a demanda deve ser promovida contra o marido e a mulher. É unitário, pois a decisão é uniforme: ou o casamento vale ou o casamento não vale, e para ambos.

O artigo 48 do CPC dispõe sobre o regime da independência dos litisconsortes. Os litisconsortes no litisconsórcio facultativo e no litisconsórcio necessário sempre são autônomos; há autonomia no mérito e na escolha de procurador.

No litisconsórcio unitário, todos os atos benéficos afetam a todos os litisconsortes. A atividade de um litisconsorte não pode prejudicar o outro. Mesmo que algum dos litisconsortes necessários tenha perdido algum prazo, a sua sorte será idêntica a dos demais. Nas outras formas de litisconsórcio, em geral tem-se a inaproveitabilidade do recurso, aí jamais presente o princípio da independência: v.g. a ação de usucapião (litisconsórcio necessário-simples), em sendo julgada procedente, só poderão obter reforma os que tenham recorrido. Os recursos de alguns não aproveitarão os demais.

Quanto aos pressupostos processuais, mesmo no litisconsórcio unitário, em faltando um pressuposto processual, apenas para um dos litisconsortes, então, deverá ser dirigida a questão, dado o princípio da independência.

A regra básica é a da unidade procedimental. Se um dos litisconsortes contestar a ação, tal fato aproveita a todos (artigo 320, I). Quanto à confissão, a regra geral é da independência (artigo 350). A confissão em litisconsórcio unitário tem valor de mera declaração, se feita por só um litisconsorte, conforme o professor Arruda Alvim. O prejuízo advindo da confissão ficará circunscrito ao confitente, não prejudicando nem beneficiando os demais. Havendo litisconsórcio, seja unitário ou simples, e, sendo revel um dos litisconsortes, a contestação dos demais impede os

efeitos da revelia (afastada a hipótese do artigo 830, II, bem como do artigo 302).

Assim, via de regra, inexistente vínculo de dependência entre os litisconsortes. Ocorrendo a unitariedade, os atos do diligente aproveitam os demais. Mesmo assim, a responsabilidade de ato praticado é individual (v.g. caso em que se observe e comprove a má-fé). Quanto aos prazos para contestar, recorrer ou falar nos autos (artigo 191), os mesmos são contados em dobro. Por outra parte, o autor pode desistir da ação em relação a um dos litisconsortes, e os demais não podem se opor.

2. Isto visto, vejamos, ainda de modo prévio à abordagem quanto ao processo cautelar, outras situações pertinentes ao litisconsórcio. Tanto as observações já feitas quanto aquelas adiante referidas, interessam ao estudo, uma vez fundamental bem delinear a figura jurídica em tela.

Diz Barbosa Moreira que o CPC, no que toca ao litisconsórcio necessário, incorreu em confusão entre esta figura e o litisconsórcio unitário. Quando só se concebe uma decisão homogênea, apresenta-se o litisconsórcio necessário. Afirma que não é possível, em todas as hipóteses, exigir no processo a presença simultânea dos vários co-interessados, de tal sorte que pudesse afirmar de caráter necessário desse litisconsórcio. Por ex.: qualquer sócio poderá impugnar, em juízo, a validade de uma deliberação tomada pela assembléia geral. Absurdo, diz, seria querer que todos os sócios houvessem de litigar, em conjunto, como litisconsortes ativos, até porque alguns poderiam ser contrários à impugnação. O juiz, por sua vez, ou rejeitará o pedido em relação a todos ou o acolherá em relação a todos. Isso caracteriza o litisconsórcio unitário, mas não o litisconsórcio necessário. Menciona Barbosa Moreira que o artigo 47 do CPC prevê como pressuposto do litisconsórcio necessário a indispensabilidade de solução uniforme para o litígio. Pergunta, então: neste exemplo, seria indispensável que todos os acionistas houvessem de litigar em conjunto, já que a solução só pode ser igual para todos? Diz o CPC que "a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo". Se por acaso alguns dos sócios ingressaram, em juízo, com a ação que pleiteiam anulação de uma deliberação de assembléia geral, terão eles de fazer citar todos os outros sócios? Mas, havendo sócios contrários à anulação, como poderiam ser litisconsortes? (Consoante o artigo 47, parágrafo único, do CPC, o juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários... sob pena de declarar extinto o processo). Assim, afirma, o CPC confunde obrigatoriedade e unitariedade, pois faz consistir a obrigatoriedade do litisconsórcio numa consequência da circunstância de ser imprescindível a solução uniforme para todos os litisconsortes.

Para José Frederico Marques também não se confunde o litisconsórcio necessário com o unitário. Há litisconsórcio necessário quando a própria lei exige expressamente (v.g. hipótese do artigo 10, parágrafo único, do CPC, insolvência civil, usucapião de terras particulares), e quando pela natureza da relação jurídica o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes (v.g. Código Civil, artigo 106, o julgamento que anular negócio jurídico será um só para quem alienou fraudulentamente a coisa, e para quem a comprou ou recebeu em doação).

O litisconsórcio necessário exige a participação no processo de todas as partes, visto que a decisão da lide vincula a todos, segundo Frederico Marques. Já o unitário refere-se ao modo pelo qual reger-se-ão os litisconsortes entre si e com a parte contrária, quando o julgamento for uniforme, não importando se é ou não necessário o litisconsórcio.

Frederico Marques repete a lição de Barbosa Moreira: serão a jurisprudência e doutrina, na lacuna do CPC, que darão ao litisconsórcio unitário disciplina. Acresce que pode haver litisconsórcio unitário e necessário, independente um do outro, tanto que pode existir litisconsórcio necessário não unitário (usucapião), como litisconsórcio facultativo unitário (caso em que apenas alguns acionistas movem ação para anular deliberação de assembléia geral). O artigo 47 nada tem a ver com o litisconsórcio unitário. A palavra uniforme ali referida não significa igual para todas as partes, mas sim "o que não muda, que é sempre o mesmo".

Celso Agrícola Barbi, por sua vez, subdivide o litisconsórcio facultativo em recusável (quando requerido pelo autor, ou autores, pode ter sua formação recusada pelo réu, ou réus) e irrecusável (se dá quando, requerido pelo autor, ou autores, os réus, ou o réu, não podem recusá-lo). Para ele, deve-se entender que o réu pode impugnar o litisconsórcio fundado no item IV, artigo 46 do CPC, porque tal situação viola o princípio da isonomia, que poderá ser prejudicado pelo retardamento ou prejuízo à defesa da parte. O juiz, diz, tem poderes para atender a essa impugnação, fundado no artigo 125 do CPC.

Aceita Celso Agrícola Barbi a lição de Chiovenda de que a sentença proferida sem que tenha sido formado o litisconsórcio necessário, considera-se inutiliter datur. A sentença não produz efeitos em relação aos que não participaram do processo, nem em relação dos que participaram. Se não forem citados todos os litisconsortes o juiz declarará extinto o processo.

Esclarece que o litisconsórcio efetivamente pode ser unitário e facultativo. Por exemplo: a) dos interessados na sucessão, que pedem a declaração de indignidade de herdeiro — Código Civil, artigo 1.596; b) dos herdeiros instituídos, na ação de deserdação



— Código Civil, 1.743; c) dos herdeiros ou credores da herança, na ação de sonegados — Código Civil, 1.782; d) de acionistas que promovem a responsabilidade de diretor por prejuízo diretamente causado ao patrimônio social, Decreto-lei 2.627, de 20 de setembro de 1940, artigo 123; e) do cidadão, na ação popular.

O litisconsórcio pode ser facultativo e simples (se dá quando não se exige que a decisão seja uniforme em relação a todos os litisconsortes), v.g.: a) ações de várias vítimas contra o causador de acidentes rodoviários, em que a sentença pode ser favorável a alguns, mas contrária ou desfavorável a outros, se reconhecer a concorrência de culpa destes; b) ações de um credor contra o devedor principal e o fiador, na qual aquele pode ser condenado, mas julgada improcedente contra o último, porque já prescrito o direito contra ele.

Como dito *retro*, o artigo 47 só contemplou o litisconsórcio necessário; não há referência ao litisconsórcio unitário facultativo. A omissão legislativa não corresponde à inexistência de casos de litisconsórcio unitário.

Esclarece Hélio Tornaghi que se transitar em julgado a sentença proferida sem o chamamento dos terceiros, no caso do artigo 47, cabe ação rescisória nos termos do artigo 485, V, do CPC. Aduz que a *exceptio plurium litisconsortium* como necessidade de chamamento de terceiro pode ser alegada por qualquer das partes.

3. A questão da intervenção de terceiros no processo cautelar está, ainda, a merecer tratamento sistemático e aprofundado, inclusive no que se refere ao litisconsórcio.

A regra teórica é de que em tese são admitidas as diversas formas de intervenção de terceiros no processo cautelar. Porém, alguns problemas de ordem prática começam surgir; dentre eles, a questão da urgência e celeridade, a qual pode ser relegada pela eventual morosidade decorrente do processamento da intervenção. Evidente que nesses casos pode o juiz decretar o provimento *inaudita altera parte*. Mas, *verbi gratia*, em sendo o litisconsórcio necessário, pode o juiz tomar tal atitude ouvindo somente um dos litisconsortes? E a sentença proferida no processo cautelar, sem a demanda conjunta exigida pelas regras do litisconsórcio necessário, também aqui seria ineficaz ou *inutiliter datur*? E mais: no litisconsórcio facultativo, poderia o réu negar sua condição de litisconsorte, no processo cautelar? Teríamos, no processo cautelar, hipótese de litisconsórcio facultativo simples, no qual a sentença pode ser favorável a alguns, mas contrária e desfavorável a outros litisconsortes?

Os maiores e melhores comentários acerca da questão são aqueles formulados por Galeno Lacerda. Humberto Theodoro

Junior trata, apenas, de hipótese de litisconsórcio no arresto. Ovidio Baptista da Silva, em suas obras mais conhecidas, praticamente não trata da matéria ao tratar das custas na chamada *cautio iudicatum solvi* ou *cautio pro expensis*. Além, refere-se à questão ao tratar da citação e intimação nas medidas de Protestos, Notificações e Interpelações (artigos 867:73), e afirma: “nos casos de litisconsórcio, quando se tem de chamar ao processo alguém que se deva litisconsorciar, cita-se”, e aduz: “a ação, nos casos do artigo 47 (litisconsórcio necessário), é mal intentada sem a adição dos outros litisconsortes, de modo que a lei permite ao juiz ordenar que, com a citação, se atinja a *integração*... Naturalmente, a eficácia da sentença na ação principal se estenderá a ele desde que a repulsa da sua pretensão como terceiro (julgada antes, artigo 59) importa, de regra, declaração da sua legitimação (forçada) na ação principal”. Como pode-se perceber, é a mesma situação observada no processo de conhecimento, *retro* explicitada.

Vale referir que a própria jurisprudência é escassa quanto à matéria específica. Aliás, não somente quanto ao litisconsórcio, mas também quanto às diversas formas de intervenção de terceiros no processo cautelar, são poucos os casos que têm sido objeto dos julgados em nossos tribunais. Dentre eles, encontra-se o Acórdão aqui em pauta.

A regra geral *retro* referida acerca da intervenção de terceiros no processo cautelar é esposada por Galeno Lacerda: “quanto à legitimação de terceiros para a cautela incidente, jurisdicional ou administrativa, entendemô-la em regra possível”. Não discute, porém, a questão do litisconsórcio, referindo-se, nesse aspecto, à assistência, à oposição e à nomeação à autoria.

Galeno Lacerda volta a tratar do assunto ao dissecar a questão da citação no processo cautelar. Em caso de litisconsórcio necessário, afirma, exige-se a citação de todos os litisconsortes nas cautelas jurisdicionais. Para Galeno, nas voluntárias não há essa necessidade, no que em tese está certo. Daí, seria equivocado o Acórdão em tela, exigindo a citação do Instituto de Resseguros do Brasil, como litisconsorte necessário, em *vistoria*, sob pena de nulidade.

Aduz que o Decreto-lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, considera o Instituto de Resseguros do Brasil litisconsorte nas ações de seguro (artigo 68), e *vistoria* não é ação. Assim, a nulidade incidiria sobre as sentenças proferidas nas ações jurisdicionais e não sobre as meras homologações de medidas voluntárias.

Uma questão prática levanta a propósito Galeno Lacerda: “protelar-se a *vistoria* até o retorno da precatória da citação do IRB no Rio de Janeiro, equivaleria impossibilitar de todo o resultado útil da prova pretendida, pelo desaparecimento dos vestígios

do dano, e conseqüente denegação da justiça, pela dificuldade de provar contra o segurar e o próprio IRB."

Somente um problema não resolve tal postura teoricamente correta: poderia, na ação principal, o IRB, não citado na cautelar, rediscutir a prova anteriormente produzida? Não seria, por conseguinte, razoável e de bom alvitre sua participação no processo cautelar? A nosso ver, *data venia*, esta é a postura mais adequada, desde que não venha a ferir a própria essência da tutela cautelar, comprometendo a coleta da prova.

Tal conclusão decorre, inclusive, de uma regra que guarda em si alta dose de razoabilidade: os legitimados para a ação principal, também o serão no processo cautelar.

Assim raciocinou o Acórdão em tela, ao não manter com acerto a decisão agravada. Evidente que tal postura não pode ser absoluta e indiscutível, pois há de ser temperada com a prática.

Como se vê, muitas questões estão ainda abertas à discussão. Dentre elas, aquela relacionada com o litisconsórcio passivo necessário formado *ex vi* do artigo 10, parágrafo único, do CPC. Caso entenda-se que determinadas ações cautelares são de natureza real, incide aí a necessidade de se formar o litisconsórcio passivo, entre os cônjuges.

De qualquer modo, os problemas suscitados demonstram a relevância teórica e prática da matéria, na qual remanescem questões ainda não tratadas devidamente pela doutrina, sendo, porém, evidente a importância do tema ao lado de tantos outros assuntos de relevo para a compreensão e autonomia do processo cautelar.

#### AUTORES E OBRAS CONSULTADAS:

1. ARRUDA ALVIM, Manual de Direito Processual Civil, Vol. II
2. CELSO AGRÍCOLA BARBI, Comentários ao CPC, Vol. I
3. GALENO LACERDA, Comentários ao Código de Processo Civil, Vol. VIII, Tomo I
4. HÉLIO TORNAGHI, Comentários ao CPC, Vol. II
5. HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, Processo Cautelar
6. JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, Substituição de partes, litisconsórcio, assistência e intervenção de terceiros "in" Estudos sobre o novo CPC
7. JOSÉ FREDERICO MARQUES, Manual de Direito Processual Civil, Vol. I
8. Jurisprudência Brasileira, Vol. II
9. OVIDIO A. BAPTISTA DA SILVA, As ações cautelares e o novo processo civil e A ação cautelar inominada no direito brasileiro
10. PONTES DE MIRANDA, Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo XII